

Garantias para títulos...

por José Casado
de São Paulo
(Continuação da 1ª página)

relata a editora Ângela Bittencourt, encaminham propostas de preço para as LFT em volume quase três vezes superior à oferta do Banco Central.

O mercado absorveu, ontem, NCz\$ 1,9 bilhão de títulos com taxa de rentabilidade de 0,793% ao ano — a menor em quase dois meses. Aparentemente, o resultado do leilão reforça a tendência de queda na rentabilidade desses papéis, que atingiram juízo recorde em dois anos, na primeira semana deste mês.

“A questão da dívida interna tornou-se, certamente, o mais difícil dos problemas econômicos para o próximo presidente”, reconhece, por exemplo, o candidato do PMDB, Ulysses Guimarães. “É difícil, porque é difícil. É um problema. E o tipo de questão sobre a qual é melhor nem falar; porque, se você fala o que pensa em fazer sobre isso, acaba não podendo fazer nada. Mas é óbvio que vamos ter de enfrentá-lo, querendo ou não” — repetiu em diferentes ocasiões, durante sua passagem por São Paulo, ontem.

Os responsáveis pela for-

mulação dos programas econômicos dos candidatos do PMDB, PDT, PT, PCB e PSDB não se cansam de indicar, nos últimos quinze dias, que a moratória da dívida interna não faz parte do plano de governo desses partidos. Mesmo o PT, identificado como o catalisador das posições mais radicais no panorama da atual esquerda brasileira, tem rejeitado publicamente a idéia.

“O melhor a fazer neste momento é elaborar um projeto para evitar a hiperinflação como se o governo Sarney fosse sair amanhã”, pondera o economista César Maia, deputado federal e assessor do candidato do PDT, Leonel Brizola.

“A dívida pública caminha para o encilhamento, sem que o governo ofereça alternativas de equacionamento”, observou, em conversa com o repórter Fernando Canzian.

O líder do PMDB no Senado, senador Ronan Tito, chegou a encaminhar à equipe econômica do presidente Sarney a proposta da imediata renegociação dos títulos públicos.

Assessores do ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, explicaram, ontem, ao editor Arnolfo

Carvalho, em Brasília, por que o governo não faz isso, imediatamente: “Seria lançar mais lenha na fogueira da especulação, estimulando a fuga de capitais e a dolarização da economia, além de criar novas expectativas inflacionárias”.

O obstáculo, em síntese, é que a credibilidade do governo Sarney para movimentos sobre a dívida interna esvaiu-se. Assim as expectativas voltam-se, sobretudo, para o futuro governo.

Como os candidatos do PRN, PDS, PL e PFL, supostamente, estariam mais distantes de propostas unilaterais para a dívida pública interna do que os outros, os empresários operam com a certeza de que, nesta campanha eleitoral, ninguém estará pregando a moratória no palanque.

O que viria depois da posse do sucessor de Sarney seria negociável — acham. Alguns candidatos, como Fernando Collor de Mello (PRN), têm acenado com idéias até certo ponto inovadoras. Collor, por exemplo, apresentou a empresários paulistas, há três semanas, um esboço do projeto para reciclar os créditos públicos e transformá-los em investimentos em

áreas de infra-estrutura, através de sociedades mistas, “holdings” com participação majoritária do capital privado.

Entidades como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), porém, entendem que já é hora de obter um compromisso direto dos candidatos, e não apenas do Congresso, no âmbito de um acordo político válido até março de 1990. Em documento que está entregando a cada um deles, a CNI sugere: “A estratégia a favor de um endividamento interno, crescente nos últimos anos, impõe uma despesa financeira cujo atendimento deve ser preservado, com o risco de perda de credibilidade e consequente dificuldade (do Estado) de continuar a se financiar”.

Acrescenta: “Um profundo ajuste fiscal se impõe para obtenção de superávits primários expressivos que possibilitem o eventual resgate de parte da dívida pública e aliviem o pagamento de encargos”. Os encargos da dívida interna aumentaram de 0,56% do PIB no começo desta década para 1,7% em média, a partir de 1982. E o preço que o Estado está pagando, pelo desequilíbrio em suas contas.

Garantias para títulos públicos

por José Casado
de São Paulo

Os principais credores da dívida pública interna — grupos empresariais privados, nacionais e estrangeiros — estão empenhados em obter do Congresso Nacional uma expressa garantia sobre os títulos públicos em circulação no mercado, cujo valor global estimado equivale a 24% do Produto Interno Bruto (PIB). Querem, se possível, que isso seja feito em forma de lei, com validade até, pelo menos, 30 de março do próximo ano, ou seja, quinze dias depois da posse do sucessor do presidente José Sarney.

Esse é o objetivo real e imediato da negociação política que os empresários abrem amanhã, às 18 horas, quando o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Mário Amato, deve entregar um documento ao senador Nelson Carneiro, presidente do Congresso Nacional, com sugestões para uma política econômica emergencial,

que viabilize alguma estabilidade nas contas nacionais até a posse do novo presidente da República.

Amato vai a Brasília como porta-voz de presidentes de oitenta dos maiores conglomerados empresariais do País, que, em reunião na semana passada, em São Paulo, decidiram fazer ao Congresso uma proposta conjunta de alternativas de emergência para evitar a hiperinflação entre as eleições e a posse do novo governo.

Deixaram claro nesse encontro e reafirmaram na mais recente versão do documento, ontem, que, no seu entendimento, a natureza política da crise deriva da desconfiança explícita do mercado nos rumos da gestão da política econômica. A inflação crescente, conforme essa visão, é produto de uma procura constante da liquidez imediata por parte dos investidores, cujas carteiras estão repletas de títulos públicos.

É a síndrome da moratória interna, na etapa final do governo Sarney ou no limiar de um novo governo. Apesar dos repetidos desmentidos da atual equipe econômica e dos principais assessores econômicos dos candidatos à Presidência da República, de todos os partidos.

Os empresários, conforme apurou este jornal, dedicam-se desde a reunião da semana passada à procura de fórmulas para obter do Congresso — isto é, dos partidos e dos candidatos à Presidência — uma espécie de garantia política à dívida. Mais precisamente, um aval antimoratória.

Acham que tal atitude daria uma certa tranquilidade ao setor privado, retirando da cena a causa básica da procura constante por liquidez imediata e da

transferência de capital para ativos reais, abrindo campo à negociação plena de um programa de estabilidade econômica de curto prazo, em bases realistas.

Essa reflexão fez com que, até ontem, predominasse a idéia de incluir no documento a ser levado ao Congresso — cuja redação final ocorrerá hoje — um item específico sobre a dívida interna: a sugestão de que uma lei garanta ou ainda reconheça a plena validade da dívida pública, se possível até 30 de março de 1990.

O risco, em tese, é de que a partir de 1º de abril a síndrome da moratória retorne. Mas, na argumentação empresarial, haveria quinze dias contados a partir da posse do sucessor de Sarney para atos governamentais que objetivassem uma renegociação dos títulos públicos, com alongamento do perfil da dívida.

Nesse caso, partem da suposição de que nenhum governo — como têm repetido os diferentes candidatos à Presidência — assumirá com o propósito de decretar uma moratória.

O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nobrega, deu, ontem, uma reafirmação de que o governo Sarney não pretende fazê-la — em conversa com o empresário Mário Amato. Em público, disse que acredita que isso não deve acontecer, no futuro imediato. Exemplificou com a atitude “de confiança” dos investidores nos candidatos à sucessão, tomando por base o comportamento do mercado, ontem, no leilão de LFT que vencerão em março de 1990.

Foi o terceiro leilão deste mês. As instituições financeiras, conforme

(Continua na página 7)